



Democracia, Direitos Humanos e Sociais

 FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL



5

Caderno de debates



Democracia, Direitos Humanos e Sociais



**Caderno
de debates**

5



Expediente

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Presidenta

Luciana Krebs Genro

Vice-presidenta

Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro

Stenio Matheus de Morais Lima

Diretora de Comunicação

Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Públicas e Institucionais

Daniel Morais Angelim

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação

Francisco Josué Medeiros de Freitas

Diretor de Acervo Memorial e Bibliográfico

Henrique Iglecio Fernandes

Diretor de Relações Internacionais

Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF

Titulares: Edson Miagusko, Agatha Cristie Silva, Alexandre Varela, Beatriz Tenore Blanco, Bia Borges Ferraro, Fábio Nogueira De Oliveira, José Luis De Sampaio Torres Fevereiro, Maria Clara Melo Rodrigues, Maria Gracionice Barbosa Goncalves, Miguel Tadeu De Carvalho, Francisvaldo Mendes De Souza, Israel Pinto Dornelles Dutra, Marcus William Ronny Kollbrunner, Zaira Valeska Dantas Da Fonseca, Zeneide Nazare Lima Dos Santos

Suplentes: Carolyne De Souza Sobrinho, Gabriela Silva Gomes, Jose Carlos Miranda, Júlio César Araujo Das Neves, Mena Bianca Ferreira Paiva, Joyce Godinho Da Silva Martins, Kleber Rosa De Souza

Conselho Fiscal da FLCMF

Titulares: Etiene Bento dos Santos, Franklin Douglas Ferreira, Marília Freire da Silva, Leandro Fontes Coutinho, Ricardo Azevedo Néspoli.

Suplentes: Alessandra Luz Zilli, Lilian dos Santos Oliveira, Maria do Perpétuo Socorro Ferreira

Caderno de Debates Democracia, Direitos Humanos e Sociais

Organização

FLCMF e PSOL

Projeto Gráfico e Direção de Arte

Cesar Habert Paciornik

Coordenação e Supervisão

Daniel Angelim

Diagramação

HPDesign

Revisão

Carolina Peters



Sumário

A questão democrática e a luta socialista: por uma democracia popular e socialista Revolução Solidária	06
Em defesa da democracia real, dos direitos humanos e sociais Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL	12
Urgência democrática por direitos humanos SEMENTE • Gil Puri e Ivan Moraes	18
Defender a democracia disputando seu sentido com um projeto alternativo PRIMAVERA SOCIALISTA • Ivan Valente e Denise Simeão	24
Radicalizar a democracia em defesa da vida e da natureza APS, Alicerce, Centelhas, Insurgência, Reconstrução-Democrática, LSR e Rebelião Ecosocialista	30

A questão democrática e a luta socialista: por uma democracia popular e socialista

Revolução Solidária



“A civilização dita ‘europeia’, a civilização ‘ocidental’, tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois problemas maiores a que sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial.”
(Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo*)

A estratégia do socialismo do século XXI combina lutas “por dentro” da ordem e “contra” ela, ou seja, compreende que é possível ter uma ação institucional combativa – para além de uma mera demarcação – nos espaços da institucionalidade burguesa e também a partir das lutas dos movimentos sociais, da cidade e do campo. Não são, portanto, estratégias excludentes, mas complementares, dada a natureza incerta e instável da democracia burguesa entre nós.

A questão democrática assume centralidade ainda maior nos países periféricos do capitalismo, onde as condições estruturais impediram

a consolidação de uma democracia plena – mesmo nos moldes liberais burgueses, como nos países centrais do bloco imperialista (Europa e Estados Unidos). Na América Latina e no Caribe, o autoritarismo, o extremismo de direita e o terrorismo de Estado – historicamente apoiados e financiados pelo imperialismo – deixaram marcas profundas na luta por soberania e autodeterminação dos povos. A dominação política da burguesia, nessas regiões, se sustenta na violência e no autoritarismo como pilares essenciais para manter a “coesão social” em sociedades marcadas por abissais desigualdades e concentração de renda.

Essa violência estrutural se expressa de forma brutal nas estatísticas: em 2024, mais de 46 mil jovens foram assassinados no Brasil, sendo 70% negros (pretos e pardos). Mas o genocídio da população negra não é a única face dessa barbárie. O feminicídio persiste como uma chaga social, com uma mulher assassinada a cada seis horas no país, a maioria negra e pobre. A população trans segue sendo alvo de um verdadeiro extermínio, com o Brasil liderando há anos o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans e travestis. Comunidades quilombolas e indígenas sofrem ataques constantes, com invasões de terras, assassinatos de lideranças e a criminalização de suas lutas. Só em 2023, mais de 200 defensores de direitos humanos e ativistas ambientais foram mortos na América Latina, muitos deles por defenderem a floresta e os territórios tradicionais contra o avanço do agronegócio e da mineração predatória. Esses dados não são meros números, mas a expressão concreta de um projeto de dominação que combina racismo, patriarcado, LGBTfobia e a mercantilização da natureza. A democracia, nestas condições, não pode ser reduzida a uma formalidade eleitoral: ela só existirá de fato quando confrontar as estruturas que perpetuam o extermínio das maiorias oprimidas pela dominação e violência da classe burguesa.

Portanto, não se trata de confundir democracia com sua versão burgue-

sa, mas de afirmar um projeto democrático radical – uma democracia popular construída “desde baixo” como base fundamental para uma sociedade socialista e verdadeiramente emancipada. Logo, é necessário superar as heranças coloniais e autoritárias e construir uma democracia popular, que afirme a soberania do Brasil e reforce o lugar do Estado e da sociedade civil para desenvolver tecnologias a serviço da participação popular e garantir acesso a direitos, a partir do controle social dos instrumentos para a distribuição de renda e progresso econômico. A experiência democrática não pode ser compreendida como um valor abstrato ou universal, desvinculado das lutas concretas de classes e da realidade periférica do capitalismo global. A democracia liberal, hegemônica pelos interesses do capital e instrumentalizada pelo imperialismo, mostrou-se não apenas insuficiente à emancipação plena dos povos, como coloca a necessidade de construir um projeto contra-hegemônico de **democracia popular**.

A burguesia brasileira, historicamente falando, se associou a projetos golpistas e violentos para fazer prevalecer seus interesses sempre que estes eram ameaçados pelas lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida. É por isso que esse setor apoiou abertamente, como fez em 1964, o golpe empresarial-midiático contra a ex-presiden-

ta Dilma Rousseff em 2016, e levou ao poder Jair Bolsonaro em 2022. Temos aqui uma linha de continuidade com a violência praticada contra as comunidades negras e racializadas, funcionais à superexploração da força de trabalho capitalista, por parte do aparato de repressão – herança da ditadura, a Política Militar –, e que vem recrudesecendo com a política de desinvestimento público, de caráter neoliberal, e o fortalecimento da Bancada da Bala no Congresso Nacional e da extrema direita.

Este é um dos nós górdios da luta por direitos humanos em nosso país, estendido aos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos e povos das águas, das matas e das florestas. O ecocídio – que nada mais é que a liquidação da natureza e a sua redução a mercadoria – realizado para fins de reprodução do capital não está dissociado da violência e do genocídio afro-indígena que sustenta, desde a invasão portuguesa de nosso território até hoje, o modo de produção capitalista. Os direitos humanos – na integralidade do que isso representa para nós, socialistas – como respeito da liberdade individual e a vida – que passa pela satisfação das necessidades materiais básicas como educação, saúde, moradia e segurança alimentar – só serão possíveis em uma sociedade de pessoas emancipadas e a partir do controle social dos meios de produção e do planejamento democrático da economia. Nesse sentido,

é necessário aprofundar, dentro do contexto concreto da luta de classes hoje no Brasil, o que entendemos por “democracia” e “Estado” em termos programáticos, indo além das visões liberais hoje vigentes. A democracia deve ser entendida em sua relação concreta com as lutas sociais e econômicas, garantindo voz aos setores excluídos. O desafio é, portanto, superar o Estado em sua atual forma burguesa e construir uma perspectiva que tenha como princípio a plena emancipação humana. Esse projeto deve superar definitivamente as tutelas históricas do legado colonial e da herança autoritária do militarismo, que seguem moldando o Estado e a sociedade. Impõe-se rejeitar uma concepção minimalista de democracia, restrita ao processo eleitoral, e decantar um conceito robusto de **democracia popular** como um processo contínuo de radicalização da participação direta, de socialização do poder político e de constante confronto com as estruturas oligárquicas, garantindo voz e poder efetivo às classes exploradas e excluídas, que são a base social dessa transformação.

Por outro lado, a democracia que queremos construir deve levar em consideração sua dimensão global e ter por base as contradições do capital. A nossa estratégia deve combinar pressão institucional (“por dentro”) e mobilização popular (“por fora”), experimentando os limites do sistema enquanto se constrói força para trans-

formá-lo. A democracia só será efetiva se contemplar os interesses da classe trabalhadora e das maiorias sociais que formam o país – expropriadas e privadas de poder econômico. Trata-se, portanto, de ocupar os espaços de poder de maneira a tensioná-los – e não para serem meras tribunas de propaganda e denúncia —, em uma pedagogia do poder popular, que junto com o povo, os movimentos sociais e a classe trabalhadora organizada iremos construir e avançar em novos marcos de democracia e participação política, superando barreiras à plena emancipação humana e constituindo as bases de uma nova sociedade.

Do mesmo modo, em um contexto de “guerra híbrida” do imperialismo estadunidense, não podemos falar de defesa dos direitos humanos sem considerar a intensa disputa em torno do tema, inclusive para fins geopolíticos. Não há por que estabelecer seletividade quanto ao tema, em uma versão desgastada da fantasia hollywoodiana em que os mocinhos estadunidenses e europeus levam a democracia ao mundo ao defender os interesses dos “países atrasados”, que por si só não podem fazê-lo. Essa perspectiva neocolonial dos direitos humanos, seletiva, cínica e burguesa está atrelada ao projeto de mundo unipolar dos Estados Unidos e da Europa, que até hoje, por exemplo, não pagaram pelos crimes que cometeram no Congo e em Hiroshima e Nagasaki. Portanto, a defesa dos direitos humanos

não pode servir de justificativa para agressões de caráter imperialista e para atentar contra o direito à autodeterminação dos povos.

A construção de uma **democracia popular** e socialista no Brasil exige superar as heranças coloniais, autoritárias e neoliberais, combinando lutas institucionais e mobilizações de base para ampliar os limites da ordem burguesa. É preciso um projeto que una soberania nacional, justiça social e controle popular sobre a economia, enfrentando a violência estrutural do capital e a guerra híbrida imperialista. Só assim se garantirá uma democracia radical, em que direitos humanos e emancipação não sejam abstrações, mas fruto da luta organizada dos trabalhadores, dos povos originários e das maiorias oprimidas, por um Estado verdadeiramente popular. Um projeto democrático e popular é, por definição, anti-imperialista, determinado pela posição subalterna do país na divisão internacional do trabalho e do poder, e voltado para a integração soberana dos povos do Sul global.

A estratégia de um governo democrático e popular deve transcender a mera administração eficiente do Estado burguês para se tornar um instrumento dialético de transformação. Isso significa atuar “por dentro” das instituições, não como fim em si mesmo, mas como meio para alargar os espaços de poder, ampliar investimentos públicos às classes despossuídas e, crucialmen-

te, ocupá-las estrategicamente como uma trincheira de luta política e pedagógica. Através de mecanismos diretos de participação popular, a exemplo do que foram as experiências iniciais do Orçamento Participativo deliberativo sobre toda a verba pública, evidenciam-se para as classes oprimidas os limites estruturais impostos pelo capitalismo, elevando sua consciência política sobre a necessidade de mudanças profundas. Neste ponto, é preciso pensar a articulação permanente entre ação institucional e sociedade civil, para além de algo instrumental, ligado às dinâmicas dos interesses contraditórios no aparato de poder, mas como um núcleo de poder capaz de sustentar um projeto popular mais duradouro. Por isso, é fundamental a construção de força organizada “por fora”, autônoma em relação ao Estado e aos partidos, um contrapoder popular capaz de pressionar por transformações e ser o embrião de uma nova sociedade. Esta estratégia dupla – disputar o Estado para desnudá-lo e fortalecer a auto-organização popular – visa demonstrar na prática que para avançar por reformas de base será necessário romper com a lógica excludente do Estado bur-

guês, vinculando a plena realização da democracia à transformação radical das relações econômicas e sociais.

A realização plena da **democracia popular** está intrinsecamente vinculada à transformação das relações econômicas e sociais, exigindo uma estratégia dupla de atuação. Compreende-se o Estado não como uma entidade neutra, mas como um campo de batalha em permanente disputa, combinando a atuação “por dentro” de suas instituições, para alargar os espaços de poder e conquistar instrumentos a serviço do povo, com a construção de força organizada “por fora”, nas lutas sociais, com autonomia de classe, para pressionar e impor transformações profundas. Esse esforço deve potencializar os avanços tecnológicos, notadamente na esfera dos serviços públicos, como ferramentas de participação política massiva, rejeitando visões tecnossolucionistas, e resgatar uma concepção de direitos humanos fundada na luta pela emancipação e contra a violência do Estado e do capital, libertando-a do discurso imperialista que a instrumentaliza. ■



Em defesa da democracia real, dos direitos humanos e sociais

Movimento Esquerda Socialista (MES) e Fortalecer o PSOL



O Partido Socialismo e Liberdade completa 21 anos de fundação e 20 de legalização em um momento histórico de profundas contradições. Por um lado, vivemos em uma sociedade em que as tecnologias, a ciência e a capacidade produtiva da humanidade atingiram patamares inimagináveis. Por outro, seguimos aprisionados pelas amarras de um sistema econômico excludente, que concentra riqueza em poucas mãos e condena bilhões de pessoas à precariedade, à violência e à negação de direitos básicos. Foi contra essa ordem injusta que nasceu o PSOL, como ruptura necessária com a conciliação de classes do petismo e como afirmação de que a esquerda no Brasil precisava manter sua coerência socialista, democrática e radicalmen-

te comprometida com a defesa dos direitos da classe trabalhadora em suas mais diversas formas: juventude, mulheres, negritude, comunidade LGBTQIAPN+, entre outras. Hoje, não celebramos apenas a existência do partido, mas precisamos reafirmar um projeto de transformação profunda da sociedade brasileira, capaz de enfrentar os velhos privilégios e abrir espaço para uma democracia real, efetiva e inclusiva.

Democracia: muito além do voto

A democracia formal, conquistada após anos de ditadura militar, é um avanço que precisamos preservar. Mas não podemos nos enganar: a democracia não pode se reduzir ao rito das elei-

ções a cada quatro anos, ainda mais quando as instituições são capturadas por interesses do capital financeiro, dos grandes grupos empresariais e das oligarquias políticas tradicionais. A democracia verdadeira é participação popular efetiva. É a juventude negra e periférica poder decidir sobre segurança pública, em vez de ser tratada como alvo da política genocida de um Estado militarizado. É o povo trabalhador ter voz nas definições sobre política econômica, em vez de ver sua vida ser determinada por bancos e agências de risco. É garantir soberania alimentar, energética e ambiental, com a sociedade participando das escolhas sobre o destino de nossas riquezas. Não podemos aceitar que a democracia se limite ao direito de votar enquanto crescem a desigualdade, a violência policial e a falta de perspectivas para milhões de brasileiros. A radicalização democrática significa trazer o povo para dentro das decisões, instituir mecanismos de controle popular sobre o Estado e colocar os interesses coletivos acima dos privilégios das elites.

Por isso, ao mesmo tempo que valorizamos as conquistas da democracia burguesa e nos colocamos em sua defesa contra os retrocessos defendidos pela extrema direita, o PSOL precisa defender uma democracia real, radicalizada, que não se contente com a fachada institucional. Queremos conselhos populares deliberativos, orçamento participativo real, poder de decisão descentralizado e a democra-

tização profunda dos meios de comunicação. Sem enfrentar o monopólio da mídia e dos conglomerados digitais que manipulam informações em favor das elites, não haverá democracia efetiva. A luta por uma reforma política, que ataque a influência do poder econômico e fortaleça instrumentos de democracia direta, é parte inseparável do nosso programa.

Direitos humanos: a luta contra o genocídio e as opressões

No Brasil, falar em direitos humanos significa, antes de tudo, denunciar o racismo estrutural que sustenta nossa sociedade desde a escravidão. As estatísticas mostram que a juventude negra é exterminada cotidianamente nas periferias, vítima de uma política de segurança que trata corpos negros como descartáveis. O encarceramento em massa, a violência policial e a impunidade dos agentes do Estado compõem um quadro de barbárie. Defender direitos humanos é, portanto, enfrentar de forma corajosa essa realidade. Não se trata de um discurso abstrato, mas de afirmar: vidas negras importam. É exigir a desmilitarização da polícia, o controle social das forças de segurança e a responsabilização de quem viola direitos. É lutar pelo fim da guerra às drogas, que serve como pretexto para o massacre da população pobre e periférica, e substituí-la por polí-

ticas de saúde pública, educação e oportunidades. É também defender uma mudança estrutural no modelo de polícia, com unificação, democratização e respeito aos direitos humanos dentro das corporações. Direitos humanos são também os direitos dos povos indígenas contra o avanço do agronegócio predatório e contra a destruição da Amazônia. São os direitos das mulheres à igualdade real, à autonomia sobre seus corpos e ao combate à violência de gênero que mata uma mulher a cada sete horas no Brasil. São os direitos da população LGBTQIA+ de viver plenamente sem medo, sem discriminação e com acesso a políticas públicas específicas. O PSOL, nestas últimas décadas, foi a voz que nunca se calou diante dessas lutas. Fomos o partido que luta pela descriminalização do aborto, que ergue a bandeira do casamento igualitário e dos direitos das pessoas trans, que denuncia o genocídio indígena, que defende as vítimas da violência estatal. Não há socialismo sem liberdade, e não há liberdade sem direitos humanos. Nossa tarefa histórica é seguir dando voz às maiorias oprimidas, para que a bandeira dos direitos humanos seja um projeto concreto de emancipação.

Direitos sociais: o desafio da desigualdade

O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta. A Constitui-

ção de 1988 inscreveu em seu texto uma série de direitos sociais – saúde, educação, previdência, moradia, trabalho digno etc. Mas a realidade é que, passadas mais de três décadas, esses direitos seguem negados à maioria da população. O SUS, patrimônio do povo brasileiro, é sabotado pela lógica privatista e pela falta de financiamento adequado. A educação pública sofre com cortes e precarização, enquanto se estimula o avanço do setor privado e da mercantilização do conhecimento. O direito à moradia é negado a milhões de famílias que vivem em favelas e ocupações, enquanto imóveis ficam vazios servindo à especulação imobiliária. Essa desigualdade não é fruto do acaso: ela é produzida e reproduzida por um sistema que concentra a riqueza. O PSOL afirma, sem meias-palavras: é preciso enfrentar os ricos e poderosos. Não haverá justiça social enquanto o sistema tributário for regressivo, penalizando os pobres e blindando grandes fortunas, lucros e dividendos. É necessário taxar os super-ricos, controlar os preços dos aluguéis, investir em políticas públicas universais e fortalecer o Estado como garantidor de direitos. Defender direitos sociais é também lutar contra a precarização do trabalho, fruto da reforma trabalhista e da lógica uberizada da economia digital. A juventude que entrega comida de bicicleta ou dirige aplicativos precisa de proteção

social, direitos trabalhistas e aposentadoria. O trabalho não pode ser reduzido a mercadoria descartável. A luta sindical deve ser resgatada como instrumento legítimo de organização da classe trabalhadora.

A democracia econômica: condição para a liberdade real

Quando falamos em democracia e direitos, não podemos ignorar a questão central: a economia. Enquanto poucos controlarem os meios de produção, a riqueza, o crédito e a terra, a democracia será sempre limitada. Por isso, o PSOL defende que a economia seja organizada para satisfazer as necessidades humanas e não para garantir lucros bilionários a acionistas e fundos de investimento. Isso significa lutar pela reforma agrária popular, pela transição energética justa e pelo controle público de setores estratégicos como bancos, mineração e petróleo. A liberdade real só existe quando ninguém precisa se submeter à exploração para sobreviver; quando cada pessoa tem assegurado o direito de viver com dignidade. Isso não é utopia distante: é uma necessidade urgente diante da crise climática, da concentração obscena de riqueza e da devastação social provocada pelo neoliberalismo. A alternativa ecosocialista é mais do que um sonho; é uma necessidade para garantir a sobrevivência da humanidade e do planeta.

20 anos de legalização do PSOL: coerência e esperança

Ao longo dessas duas décadas, o PSOL mostrou que é possível fazer política sem se vender às velhas práticas. Manter a independência em relação a governos de conciliação, ser oposição ao bolsonarismo e à extrema direita sem vacilações e seguir como referência de ética na política para milhares de lutadores e lutadoras sociais são os desafios dos próximos anos. Hoje, diante dos desafios do presente, reafirmamos que nossa luta é pela radicalização da democracia, pela defesa intransigente dos direitos humanos e pela efetivação dos direitos sociais. Não aceitamos que a esquerda se resigna à administração da miséria. Queremos transformar a sociedade de forma estrutural. O PSOL nasceu para dizer que outro Brasil é possível. Vinte anos depois, seguimos dizendo: um Brasil ecosocialista, democrático, justo e livre é necessário.

Socialismo e liberdade como horizonte

A democracia não pode ser apenas formal, os direitos humanos não podem ser apenas retórica e os direitos sociais não podem ser letra morta. O PSOL afirma que a única forma de unir essas bandeiras é pelo socialismo com liberdade – um ecosocialismo que enfrente a exploração econômica, as opressões sociais e a

destruição ambiental, e que coloque a vida acima do lucro. Queremos um partido que não se curve, que apresente saídas radicais e que mantenha viva a chama da esperança, porque a democracia só será plena quando os direitos humanos e sociais forem

realidade para todas e todos. E isso exige coragem para enfrentar o sistema, esperança para sonhar com um mundo verdadeiramente novo e organização para ajudar a construir a luta e a mobilização que podem conquistá-lo. ■



Urgência democrática por direitos humanos

SEMENTE
Gil Puri e Ivan Moraes



Desde a ascensão a nível global de uma política conservadora e intimamente ligada ao neofascismo, o debate sobre a urgência de reafirmar os valores democráticos e de assegurar a plena vigência dos direitos humanos voltou com força redobrada. A eleição de lideranças autoritárias, com discursos misóginos e antidemocráticos, escancara um fenômeno estrutural: a fragilidade das instituições representativas diante de segmentos que privilegiam a imposição, a desinformação e a intolerância. Em âmbito internacional, essa conjuntura traduz-se em retrocessos concretos – no enfraquecimento de organismos multilaterais, no aumento da perseguição a minorias e no recrudescimento de políticas de violação de liberdades civis. No Brasil, esse panorama encontra ecos em um congresso fisiologista e em administrações municipais que, apesar de abrigarem lideranças pro-

gressistas, veem-se reféns de práticas conservadoras que minam a justiça social e colocam em xeque as garantias constitucionais de igual proteção a todas as pessoas.

Para compreender a profundidade desse desafio, é imprescindível recordar que a democracia não se restringe ao ato de votar. Ela se sustenta sobre um conjunto de direitos políticos, civis, econômicos e sociais que se reforçam mutuamente. Enquanto os direitos políticos asseguram a participação eleitoral e o livre exercício de candidaturas diversas, os direitos civis protegem a liberdade de expressão, a segurança pessoal e o devido processo legal. Já os direitos econômicos e sociais, como acesso à moradia, à saúde, à educação e ao trabalho com dignidade, garantem condições materiais para que a cidadania seja efetiva. A deterioração de qualquer uma dessas dimensões reflete-se no enfraquecimento de todo o edifício democrático.

No contexto brasileiro, a força das redes de solidariedade comunitária, assim como os movimentos sociais, revela-se como um dos principais instrumentos de resistência e de expansão do protagonismo popular. Grupos de base, associações de moradores, coletivos de juventude, organizações de mulheres nas periferias e zonas rurais e os movimentos sociais exercem há décadas uma educação política que resgata a experiência da democracia participativa. Esses atores conhecem de perto as necessidades locais e, ao mesmo tempo, formam lideranças capazes de articular demandas e influenciar políticas públicas. Contudo, carecem de recursos financeiros e de infraestrutura institucional para ampliar seu alcance. A atualização programática do PSOL, portanto, deve contemplar mecanismos de apoio direto a essas iniciativas por meio de parcerias que reforcem a autonomia dessas organizações, garantindo sua independência do Estado, para que continuem exercendo a atuação necessária na promoção e garantia de direitos às populações mais vulnerabilizadas, independentemente de governantes em exercício.

Outro aspecto central para a consolidação de uma democracia robusta diz respeito à comunicação democrática. As plataformas digitais, embora tenham potencializado a circulação de informações, tornaram-se terreno fértil para a propagação de ódio, de notícias falsas e de algoritmos

que seduzem o usuário por meio da polarização. Regular essas empresas de tecnologia, instituir mecanismos de transparência em relação aos critérios de amplificação de conteúdo e assegurar a defesa dos direitos dos usuários são medidas urgentes. Além disso, é fundamental reencontrar o diálogo presencial: audiências públicas, rádios e TVs comunitárias, jornais de bairro e espaços culturais de vizinhança exercem papel insubstituível na construção de narrativas coletivas que resistem aos discursos hegemônicos. A combinação de comunicação digital responsável com estratégias presenciais fortalece o tecido social e amplia a capacidade de mobilização em defesa de causas sociais.

A formação de alianças estratégicas, sem abrir mão de princípios transformadores, é outro pilar de qualquer projeto que pretenda reverter os retrocessos democráticos. Em vez de abdicar de propostas estruturais – como a reforma agrária, que garante soberania alimentar e combate desigualdades territoriais; o estabelecimento de uma renda básica universal, que assegure dignidade no trabalho; ou uma política de redistribuição de renda que obrigue grandes fortunas a efetivamente cumprirem seu papel social – é possível articular frentes amplas que congreguem organizações de trabalhadores, movimentos feministas, coletivos antirracistas, entidades ambientais e setores progressistas do campo religioso.

Essas alianças ampliam o espectro de apoio político e social e inviabilizam narrativas que reduzem a política à lógica do embate maniqueísta.

Diante do difícil contexto de polarização política estimulado pela extrema direita, o discurso aparentemente mediado de uma suposta disputa pelo centro, frequentemente defendido como meio de conquistar maior representatividade, reverbera no debate político nacional e merece reflexões sobre suas limitações. Isso porque o verdadeiro centro democrático é aquele que equilibra a liberdade coletiva com a justiça social, que submete a iniciativa privada à função social da propriedade, e a segurança pública ao respeito aos direitos humanos. Não se trata de diluir propostas, ou mesmo esconder pautas importantes para uma transformação profunda da sociedade – como as lutas feministas e de gênero, que estão hoje no centro do ataque aos direitos humanos e sociais feito pela extrema direita –, mas de promover a convergência em torno de objetivos mínimos que assegurem o bem-viver da classe trabalhadora, das comunidades tradicionais e dos povos originários. Diante da nossa jovem democracia, que ainda precisa avançar muito para sua efetividade, é necessária uma maior fiscalização que interrompa a cooptação e compra de votos por esquemas fisiológicos e o fortalecimento de instituições essenciais para a fiscalização e

responsabilização de agentes públicos, como os tribunais de contas e as corregedorias.

A renovação da democracia envolve, ainda, o resgate da mobilização de rua como espaço legítimo de expressão política. Os movimentos de massa, ao convergirem em protestos, assembleias e festas políticas, criam visibilidade para as pautas sociais e pressionam o legislativo e o executivo a incorporá-las na agenda pública. A experiência histórica demonstra que, sem a presença orgânica da população nas ruas, as conquistas ficam restritas aos limites da institucionalidade formal, sua polarização ideológica e seus interesses de classes. Por isso, o programa partidário deve considerar a construção de um partido voltado para a formação de militantes para as ações de mobilização em territórios diversos, respeitando as singularidades locais e garantindo segurança jurídica e logística para seus participantes.

No plano institucional, urge refletir sobre o sistema eleitoral e partidário que possuímos hoje. A adoção de mecanismos de democracia semi-direta, como referendos e plebiscitos vinculantes, fortalece o controle social sobre decisões estratégicas. Os plebiscitos populares, como o que estamos vivenciando em 2025, debatendo o fim da escala 6x1 e a taxação das grandes fortunas, demonstram como é possível construir um amplo debate social sobre temas importan-

tes para a sociedade e pressionar os parlamentares brasileiros quanto a decisões que atingem toda a população e precisam ser tomadas não devido à posição ideológica do parlamentar, mas enquanto interesse coletivo. As pesquisas de opinião sobre o fim da escala 6x1 demonstram o distanciamento entre o interesse popular e as defesas legislativas feitas no parlamento por grande parte dos deputados e senadores; na Câmara de Deputados federal, 70% são contra o fim da escala 6x1, segundo pesquisa feita pela Quaest. Por isso, a necessidade de considerar que apesar das regulamentações que proíbem doações de empresas nas campanhas eleitorais, é inegável que as grandes doações privadas permitidas pelo nosso sistema eleitoral corroem a representatividade e orientam as políticas em favor de interesses concentrados de grandes empresários, interessados em melhores condições para a exploração da força de trabalho e da natureza segundo seus objetivos individuais de enriquecimento. Além do enfrentamento a essa lógica de financiamento, precisamos de mecanismos efetivos de controle da atuação parlamentar, e a representatividade do interesse coletivo.

A defesa intransigente dos direitos humanos exige a incorporação de pautas transversais ao programa partidário: a defesa das pautas feministas em sua totalidade, a legalização das drogas para fins de saúde pública,

a proteção de pessoas LGBTIA+ contra qualquer forma de discriminação, além da promoção efetiva da igualdade racial. O combate ao genocídio da população negra, o enfrentamento da violência policial e a revitalização de políticas de reparação histórica são imperativos para uma democracia plural e inclusiva. Ademais, o fortalecimento de políticas ambientais demonstra como a questão ecológica se converte em direito humano, garantindo a gerações presentes e futuras condições de sobrevivência plena. O racismo ambiental, que coloca principalmente pessoas negras em situação de risco relacionada às necessidades essenciais de sobrevivência em nossa sociedade, como moradia, saneamento básico, alimentação, dentre outros, somente será combatido com políticas públicas efetivas que enfrentem a emergência climática que vivemos.

Por fim, consolidar a democracia e proteger os direitos humanos requer coragem política e disposição para o confronto de ideias. A atualização programática do PSOL deve refletir uma visão de Estado que combine garantias constitucionais, participação social e políticas públicas capazes de erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e assegurar a dignidade de todas as pessoas. É preciso reconhecer a urgência de um projeto que transcenda ciclos eleitorais, estruturado em sólidas bases comunitárias; capaz de mobilizar a juventude, de dialogar com setores organizados da

sociedade civil e de enfrentar os oligopólios que monopolizam o poder econômico e midiático, além de ter o meio ambiente e sua defesa como central no debate político. Somente assim será possível reverter trajetó-

rias autoritárias vivenciadas em nosso país e construir um futuro em que a democracia seja sinônimo de justiça social, liberdade efetiva, respeito aos direitos humanos universais e à natureza. ■



Defender a democracia disputando seu sentido com um projeto alternativo

PRIMAVERA SOCIALISTA
Ivan Valente e Denise Simeão



O sentido comum da democracia é produto das tensões, da correlação de forças e das agendas sociais, políticas e econômicas em disputa na sociedade. Embora sob o paradigma hegemônico a democracia seja comumente associada às liberdades, à representação e à participação, em oposição a regimes autoritários, para nós, socialistas, isso nunca esteve dissociado de um projeto verdadeiramente fomentador de direitos humanos e sociais para as classes que vivem do trabalho.

A experiência democrática no Brasil, de caráter liberal, foi marcada pelo alijamento de amplas parcelas da população do acesso a direitos básicos e por interrupções com golpes e governos autoritários, aos quais a elite brasileira sempre recorreu para buscar frear processos de luta e avanço popular. Uma democracia de tipo elitista que opôs historicamente a parti-

cipação à representação política. Seu episódio mais emblemático foi a ditadura civil-militar imposta a partir de 1964, e o mais recente foi o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff num cenário econômico desfavorável e ante uma campanha de pânico moral orquestrada pela extrema direita em ascensão, que resultou na eleição de Bolsonaro, responsável por 700 mil mortes no período da pandemia. A derrota eleitoral desse governo foi um round vencido, mas a luta segue aberta frente a um movimento de extrema direita que continua ativo e organizado.

Na atual etapa do capitalismo, no entanto, não estamos presenciando apenas uma instabilidade nas democracias tradicionalmente consideradas frágeis. O enfraquecimento dos regimes democráticos e o fortalecimento da extrema direita configura-se como uma tendência global. Um imperativo decorrente da atual crise do neolibe-

ralismo, especialmente em sua ofensiva sobre o trabalho e os territórios.

Como expressões dessa tendência temos Donald Trump (EUA), Netanyahu (Israel), Marine Le Pen (França), Giorgia Meloni (Itália), Javier Milei (Argentina), Viktor Orbán (Hungria), Bukele (El Salvador). Cada um com suas particularidades, mas todos articulados por um dispositivo discursivo populista, anti-imigração, nacionalista, apoiado no fundamentalismo religioso, no conservadorismo racista, misógino e LGBTfóbico. Com um verniz antissistêmico, ao passo que defendem as políticas neoliberais que sustentam o sistema.

O neoliberalismo articulado a partir dos anos 1970 e 1980 foi vendido como uma grande promessa e comprado por amplas parcelas da população como saída para o ciclo de crise anterior do welfare state. Após anos de minimização do Estado, de privatização em detrimento dos serviços universais e gratuitos, do tratamento dos gastos públicos como problema fiscal e da flexibilização e redução de direitos trabalhistas, o resultado foi que, obviamente, a promessa não se cumpriu. Não se trata de uma crise qualquer. A “crise de crises” se expressa nas esferas econômica, social, ambiental, política, humanitária. E mesmo experiências com governos de cunho mais social apresentaram limites para subverter essa ordem.

Nesse contexto, o descontentamento popular estendeu-se também para

as instituições da democracia liberal, que teve sua legitimidade comprometida, uma vez que há um progressivo esvaziamento da confiança social nas instituições democráticas como garantidoras dos direitos fundamentais, favorecendo a emergência de alternativas de caráter autoritário.

Confluindo com esse processo, um novo ator começou a ascender na primeira década deste século: as Big Techs. A partir de 2004, o Google passou a dominar as buscas na Internet e a publicidade digital. O Facebook surgiu como uma plataforma que passou a influenciar o comportamento e as formas de comunicação em nível mundial. Foi o início de uma poderosa gestão de informações que fomenta uma economia de dados e afeta o padrão de acumulação capitalista, interfere no modo de vida e organização social e em regimes políticos, concentrada sobretudo nas “Big Five” (Apple, Amazon, Google, Meta, Microsoft).

A microsegmentação na construção dos perfis e fluxo de informações e a criação e favorecimento de bolhas não apenas reforçam a fragmentação do tecido social produzida pelo neoliberalismo como também moldam a nossa forma de sociabilidade. A ausência de regulação e a prática sistemática da desinformação formam o combo que submete os países ao poder das Big Techs em pautar o debate público e colocar em risco a democracia.

O ambiente de crise do neoliberalismo e tudo que decorre dele, aliado à ascensão das Big Techs, encontrou no Brasil um solo fértil adubado por muitos ingredientes, alguns dos quais destacamos a seguir.

Primeiramente, a redemocratização aberta na década de 1980 foi fruto de um grande ascenso da classe trabalhadora que resultou em importantes conquistas e produziu um partido de massas dos trabalhadores. No entanto, os 20 anos de ditadura e seus crimes, com centenas de mortos e desaparecidos, foram brindados com a impunidade por meio de uma anistia ampla, geral e irrestrita, que colocou um sinal de igual entre ditadores criminosos e lutadores que dedicaram suas vidas a defender a democracia.

Não houve mudanças expressivas em algumas das estruturas autoritárias do regime, permanecendo uma lógica repressiva e violenta, sobretudo nas polícias, e mantendo intactos segmentos com vocação golpista no interior das Forças Armadas.

A direita tradicional, que aderiu incondicionalmente às políticas neoliberais na década de 1990, foi afetada pela crise e o descontentamento com esse projeto, o que resultou em quatro derrotas eleitorais presidenciais consecutivas, com as vitórias de Lula e Dilma. Na incapacidade de apresentar uma alternativa e produzir lideranças de peso, embarcou na aventura bolsonarista.

Por outro lado, os governos Lula e Dilma, que indiscutivelmente avançaram em políticas sociais, apostaram que as conquistas materiais para o povo seriam o suficiente para a manutenção de um projeto alternativo. Não se apoiaram na organização e mobilização de setores sociais, não politizaram o debate em torno das conquistas, não bancaram reformas estruturais, não enfrentaram privilégios no Judiciário ou nas Forças Armadas, e não se prepararam para a guerra cultural que se colocava em curso.

Quando os efeitos da crise econômica mundial desencadeada em 2008 chegaram ao Brasil, abriu-se um conflito em torno do fundo público, tornando impossível a manutenção da política conciliatória que durante algum tempo permitiu que todos ganhassem de alguma forma.

Portanto, a ascensão da extrema direita no Brasil, embora no impacto e aparência possa parecer abrupta e tenha sido recebida com incredulidade, foi um processo que percorreu e alargou brechas para ir conquistando e solidificando terreno. Assim, sua derrota é uma luta que certamente não será de curto prazo.

Algumas características desse acontecimento sinalizam para isso. A extrema direita brasileira se alinha com a base de todo o aparato discursivo de outras experiências mundiais análogas, mas também tem alguns elementos próprios. Jair Bolsonaro é

a principal expressão pública de um movimento que hoje não depende exclusivamente dele para se manter. O movimento bolsonarista de caráter autoritário atua por dentro e por fora do regime democrático, disputando por dentro das instituições, apoiando-se nas mobilizações de massas. Ademais, não temos no país um partido que seja o representante da extrema direita. Atualmente, estima-se que tenham mais de uma centena de deputados no Congresso Nacional, articulados em pelo menos oito partidos.

Derrotar esse projeto é a tarefa primordial da esquerda e dos setores democráticos e progressistas. Isso nos colocou num lugar de resistência e de construção de um cordão de contenção contra esse movimento extremista. A defesa do funcionamento das instituições da democracia liberal cumpre o papel de barrar retrocessos e buscar brechas nas disputas entre as frações do capital. Mas precisamos ir além, pois sabemos de seus limites. É preciso disputar o sentido da democracia, articulando as tarefas mais imediatas com um projeto estratégico alternativo.

Apresentamos alguns pontos para essa disputa:

- **Unidade entre os setores democráticos e progressistas.** A derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022 só foi possível com a construção de uma Frente Democrática. O PSOL corretamente foi parte dessa frente, sem

apresentar candidatura própria, mas sem que isso significasse deixar de afirmar um perfil e um conjunto de medidas que foram disputadas em seu interior. Essa política seguirá sendo necessária se quisermos impedir qualquer possibilidade de êxito da extrema direita nas eleições presidenciais de 2026.

- **Sem anistia para golpistas.** A tentativa inaceitável de golpe em 8 de janeiro de 2023 mostrou a existência de uma grande rede de articulação disposta a ir até as últimas consequências para impor um projeto autoritário no país. A responsabilização e punição dos articuladores desse processo, a começar por Jair Bolsonaro, é imperativa. A história já mostrou que a impunidade fortalece novas ameaças autoritárias. O resultado da disputa em torno da anistia terá grande influência sobre o próximo período da política brasileira.

- **Soberania digital.** Instituir um processo regulatório que atribua regras com transparência na moderação, nos algoritmos e na publicidade digital. Algoritmos precisam ser transparentes para evitar manipulação de debates públicos. Também é necessária a responsabilização civil das Big Techs pelos conteúdos disseminados nas plataformas.

- **Justiça distributiva.** Um passo fundamental para enfrentar as de-

sigualdades históricas que marcam o Brasil. Em um país com alta concentração de renda, a taxação das grandes fortunas não é apenas uma medida econômica, mas representa uma possibilidade de redistribuir recursos e garantir o amplo acesso a bens e direitos.

- **Disputa de agenda.** Há um desafio posto que é o de encontrar as brechas que nos coloquem numa condição ofensiva de pautar o debate público. Para isso é preciso que estejamos conectados com as formas de expressão e organização de movimentos e segmentos sociais, dialogando com suas pautas concretas e valorizando os seus pontos de contato com o projeto de sociedade que estamos disputando.

- **Representatividade.** Não haverá democracia plena se ela não expressar a cara do nosso povo. A opressão e exploração das mulheres, de negros e negras, população LGBTQIA+, povos indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência produziu uma sociedade profundamente desigual. Portanto, produzir políticas para a equidade, de reparação histórica e de enfrentamento às violências é fundamental. Assim como avançar para mudar a cara dos espaços de poder, com uma reforma política que mude estruturalmente o sistema eleitoral, introduzindo o voto em lista com paridade de gênero.

- **Democracia real com participação popular.** Estimular a participação cidadã, em que o princípio não seja apenas governar “para”, mas “com” as organizações, movimentos e manifestações sociais, estimulando o diálogo nos territórios, referendos, plebiscitos e ousando em novas formas de articulação, sem perder de vista também a arena do debate público digital. Em outras palavras, ao contrário do que afirmam os cânones da democracia liberal, a representação política não deve estar em oposição à participação. Quanto mais plural e acessível, mais perto de uma democracia estaremos.

O PSOL pode e deve cumprir, como já vem cumprindo, um importante papel na luta democrática, enfrentando as manifestações extremistas de direita, mas fundamentalmente agregando elementos que fortaleçam o valor da democracia na vida do povo trabalhador.

Vivemos tempos difíceis, mas é preciso confiar no acúmulo das lutas que produzimos historicamente e na potência das lutas em curso, com ousadia e abertura para debater os processos do nosso tempo. ■

Ivan Valente

é deputado federal pelo PSOL/SP.

Denise Simeão

é jornalista e membro da Executiva Nacional do PSOL – Secretaria de Formação Política.



Radicalizar a democracia em defesa da vida e da natureza

APS, Alicerce, Centelhas, Insurgência
Reconstrução-Democrática, LSR
e Rebelião Ecosocialista



Estamos atravessando um período de ampliação das desigualdades e avanço da extrema direita no mundo, o que traz consequências perversas: ecocídio, genocídio, guerras por toda a parte e ataque a direitos conquistados – inclusive contra a limitada democracia representativa. Tudo isso com um planeta em colapso e cujo mundo do trabalho, em plena reconfiguração, sofre os impactos das novas dinâmicas superexploradoras e que reforçam marcadores de opressão, já que as parcelas da população mais vulnerabilizadas e exploradas são pessoas negras, mulheres, povos indígenas, comunidades tradicionais, periféricas, PCDs.

No âmbito dos direitos humanos – e em todo seu arcabouço legal internacional e nacional – é necessário diferenciar o que são conquistas sociais

e políticas dos setores explorados e oprimidos a partir das suas lutas históricas e o que são mecanismos de perpetuação da hegemonia burguesa. O foco das forças democrático-radicais, populares e socialistas deve ser a garantia e extensão dos interesses dos setores populares e a superação da hegemonia burguesa, criando as bases para uma nova dimensão dos direitos humanos que garanta igualdade substancial e não somente formal, como é o direito das sociedades burguesas.

Nesse sentido, é impossível pensar em garantia de direitos humanos tão somente gerenciando o mundo em colapso. Por isso é central a luta anticapitalista, pois é ela que pode afirmar efetivamente os direitos humanos, numa perspectiva dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA).

Ainda que devamos lutar pelo respeito aos aspectos populares dos direitos humanos presentes nos limitados mecanismos multilaterais – instituições hoje esvaziadas e desautorizadas por Trump e a extrema direita – e pelo fortalecimento de políticas públicas nos territórios, são as experiências da sociedade civil de fortalecimento de instâncias e processos mais democráticos que têm se mostrado mais eficazes na busca da garantia de direitos, de justiça socioambiental, de mais democracia, da superação do racismo, do sexismo e de outras discriminações e desigualdades que impactam estruturalmente a realidade brasileira e mundial.

A luta pelos direitos humanos numa perspectiva popular e radicalmente democrática deve ser internacionalista, pois as pressões internacionais sob os Estados nacionais, como o brasileiro, podem fazer com que se cumpram ao menos as normativas de direitos humanos que protegem setores explorados e oprimidos historicamente, atacadas mais fortemente com o avanço da extrema direita.

Vivemos em um período em que uma contradição está posta: a luta em defesa de uma democracia radical, de plenos direitos (com e para trabalhadores/as), precisa estar aliada à luta por aquilo que é conquista popular dentro da democracia liberal/burguesa. O crescimento da extrema direita coloca para a esquerda a necessidade de defender as instituições democráticas, mesmo reconhecendo seus limites por compreendermos que

as lutas sociais têm mais espaço para se desenvolver nos seus marcos do que em regimes abertamente autoritários.

No Brasil, tanto o golpe contra Dilma (2016) quanto a eleição de Bolsonaro (2018) e as recentes tentativas de golpe (2022, o 8 de janeiro de 2023 e agora com Trump, a pauta da anistia etc.) fizeram com que a luta por democracia estivesse no topo da pauta pública da esquerda na última década, o que aponta a condição defensiva da nossa atuação.

É necessário encontrar os caminhos para combater o neofascismo, mas não nutrir ilusões de que seja possível, no sistema capitalista-racista-patriarcal, um mundo pleno de direitos para todas/os/es. Desnudar o rei que já está nu – o capitalismo – e criar ferramentas para a apresentação de uma alternativa estratégica antissistêmica ecossocialista para o Século XXI é parte da nossa tarefa.

Ora, se o que coloca em xeque a democracia é a reiterada produção sistêmica de desigualdades, é preciso, em primeiro lugar, demonstrar que a desigualdade ocupa lugar central no capitalismo e apresentar políticas para superá-la.

Num ambiente de fragmentação e desestruturação do tecido social, para recuperar uma noção de coletividade e representatividade é fundamental apostar nas perspectivas trazidas por novas epistemologias, em especial aquelas que se associam à perspectiva emancipatória e igualitária do socialismo, como as do feminismo negro, do movimento negro brasileiro, dos estudos decoloniais, da luta indígena.

A centralidade da luta pela democracia radical exige que coloquemos também a primeira infância no centro de um projeto emancipatório. É na infância, especialmente nos primeiros anos de vida, que as desigualdades estruturais – raciais, de classe, de gênero e territoriais – se reproduzem com mais força: crianças indígenas, negras, ciganas, com deficiência, LGBTQIAPN+ e periféricas seguem sendo as mais atingidas pela fome, pela violência e pela negação do direito ao brincar, à educação e à saúde. Defender políticas públicas para a primeira infância, a partir de uma perspectiva anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e ecossocialista, é apostar em uma transformação de longo prazo, que rompa com o ciclo de reprodução das violências e projete um futuro em que o cuidado coletivo e a proteção integral sejam pilares de uma nova sociabilidade.

Essa perspectiva emancipatória precisa se estender de forma integral às adolescências e juventudes, sobretudo aquelas marcadas por múltiplas vulnerabilidades e opressões: jovens negros, indígenas, quilombolas, ciganos, com deficiência, LGBTQIAPN+ e periféricos. Para esses grupos, a reprodução das desigualdades sistêmicas se materializa na negação de direitos fundamentais e na restrição de oportunidades.

O PSOL, em sua atuação partidária e parlamentar, enfrenta o populismo penal e o genocídio da população negra. Os acúmulos do PSOL para uma

política de segurança que fortalece os direitos humanos, especialmente a proteção dos setores explorados e oprimidos, é parte central da nossa estratégia de emancipação das periferias, em sua grande maioria compostas de negros e negras historicamente excluídos das garantias mínimas de direitos da sociedade brasileira. Sua emancipação está diretamente associada à superação das desigualdades sociais, do racismo e do machismo que marca nosso país.

Outra trincheira importante em que nosso partido está inserido é a batalha pela soberania digital e a regulação das Big Techs, que se tornaram instrumento de mediação de relações pautadas pelas necessidades de lucro dessas companhias. Embora regulamentar sua atuação no território nacional seja fundamental atualmente, isso não é suficiente para garantir nossa soberania digital. O Brasil precisa investir em novas tecnologias, baseadas nos interesses da maioria da população e não no lucro, que nos tornem independentes nesse campo. Uma reorientação dos objetivos e controle da nova fronteira tecnológica é estratégia central para a sobrevivência da humanidade na Terra. É urgente que toda a capacidade de criação seja orientada para reorganizar a produção de forma que respeite os ciclos da natureza e amplie a participação das maiorias sociais nas decisões econômicas que impactarão o conjunto da humanidade. ■





Cadernos de debate

Dando continuidade ao processo de renovação programática que marca os 20 anos da legalização do PSOL, a FLCMF lança o 5º caderno de debates, sobre o eixo 5, **Democracia, Direitos Humanos e Sociais**, com textos que refletem a diversidade de elaborações e ideias e que são a força do nosso partido.

